= PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02 /2025 =

(Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos, salários e subsídios dos servidores, funcionários e ocupantes de cargos ativos e inativos, eletivos e políticos do Poder Executivo do Município de Ipiguá, bem como, a regularização do piso salarial dos ocupantes do magistério público municipal e dá outras providências)

EFRAIM GARCIA LOPES, Prefeito Municipal de Ipiguá, Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica concedido, nos termos da presente Lei, a revisão geral anual dos salários/vencimentos de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Ipiguá, a título de complementação de reposição salarial, o percentual de 5,00% (cinco por cento).

Artigo 2º - Aplica-se o mesmo percentual de 5,00% (cinco por cento) aos ocupantes de cargos eletivos do Conselho Tutelar do Município de Ipiguá.

Artigo 3º - Será concedido o percentual de 5,00% (cinco por cento) aos ocupantes das funções de Prefeito Municipal e Vice Prefeito Municipal que são aqueles considerados como agentes políticos.

Parágrafo Único – A aplicação do percentual indicado no caput deste aos ocupantes de cargos na condição de agentes políticos, somente será aplicado após a definição do Tema 1.192 pelo Colendo Supremo Tribunal Federal – STF, o que será concedido retroativamente em caso de ser legal a concessão de revisão na mesma legislatura.

Artigo 4º - O percentual de 5,00% (cinco por cento) incidirá sobre os salários, vencimentos e subsídios efetivados no mês de fevereiro de 2025.

Artigo 5º - Concede em caráter de complementação, aos ocupantes do magistério público municipal que em razão da concessão do reajuste de 5,00% (cinco por cento) não atingiram o piso nacional dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica que estejam laborando junto as unidades escolares do Município de Ipiguá, de provimento efetivo, sendo que a complementação será no percentual de 1,27% (um ponto vinte e sete por cento) sobre a importância reajustada de 5,00% (cinco por cento), de forma a atingir as disposição da legislação federal e especificamente a Portaria Interministerial MEC/Fazenda nº 13/2024, publicada no Diário Oficial da União em data de 23 de dezembro de 2024.

Parágrafo Primeiro – Aos profissionais do magistério que estão exercendo as atividades laborativas de características de PEB I e PEB II, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, passarão a perceber a importância de R$ 3.650,82 (três mil, seiscentos e cinqüenta reais e oitenta e dois centavos), caso os percentuais concedidos no caput deste artigo não alcance a mencionada importância, não havendo a incidência de qualquer aumento e/ou diferença salarial à título de piso nacional do magistério.

Parágrafo Segundo - O pagamento da importância de R$ 3.650,82 (três mil, seiscentos e cinqüenta reais e oitenta e dois centavos) para uma carga laborativa de 30 (trinta) horas semanais, podendo a mesma ser acrescida de importâncias equivalentes a adicionais e sexta parte inerentes ao lapso temporal do exercício das atividades públicas, na forma do que dispõe a legislação municipal.

Artigo 6º – Estende-se o presente reajuste no percentual de 5,00% (cinco por cento) concedido na presente Lei, a todos aqueles que tenham se aposentado em função laborativa nas atividades em geral e de educação básica e por pressuposto da

paridade, não se estendendo essa condição aos demais aposentados e pensionistas.

Artigo 7º - Os percentuais constantes acima não abrangerá os pagamentos de aposentados e pensionistas, que por ocasião de concessão dos seus benefícios passaram a perceberem o valor nominal correspondente ao salário mínimo vigente no país.

Artigo 8º - Os servidores e funcionários públicos municipais que percebem importâncias inferiores ao novo salário mínimo nacional junto as referencias salariais, passarão a perceber importâncias equivalentes ao atual salário mínimo nacional, sem a incidência do percentual concedido no artigo 1º da presente Lei.

Artigo 9º - As despesas necessárias para a execução da presente lei, serão cobertas com os recursos consignados no orçamento vigente e suplementados se necessário por Decreto.

Artigo 10 - Para atendimento as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta em anexo o impacto orçamentário/financeiro que faz integrante da presente Lei.

Artigo 11 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2025.

Prefeitura Municipal de Ipiguá, 03 de Fevereiro de 2025.

Efraim García Lopes
= Prefeito Municipal =

IPIGUÁ
GOVERNAR PARA TODOS
GOVERNO 2021 - 2028

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI

Ao

Excelentíssimo Senhor

José Augusto Fiore

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

IPIGUÁ - SP

Pelo presente, estamos encaminhando à essa Egrégia Câmara Municipal, o presente Projeto de Lei que concede a revisão geral anual dos salários, vencimentos e subsídios dos ocupantes do Poder Executivo Municipal, no percentual de 5,00% (cinco por cento), que deverá ser disponibilizado à partir do mês de fevereiro de 2025 e incidirão sobre o montante quitado no mês de janeiro de 2025.

Também no mencionado Projeto de Lei que promove a revisão geral, está a prover medidas de regularização do piso dos profissionais do magistério municipal, possibilitando a todos os seus ocupantes perceberem importâncias correspondentes ao piso nacional que faz da ordem de R$ 3.650,82 (três mil, seiscentos e cinqüenta reais e oitenta e dois centavos) para uma carga laborativa de 30 (trinta) horas semanais, atendendo os preceitos da Portaria Interministerial MEC/Fazenda nº 13/2024.

Destacamos, que o percentual que se faz conceder através da presente Lei, é aquele a ser suportado pela atual Administração Municipal, de forma que possam manter seus vencimentos ajustados através dos

percentuais que de momento são supeiores aos indices oficiais de inflação apurado pelo Governo Federal, evitando assim a defasagem dos mesmos.

Sendo assim e nos termos ora propostos através deste Projeto de Lei, espera que os ocupantes desta Egrégia Casa de Leis aprove, o que certamente, possibilitará uma melhor qualidade de vida aqueles que forem beneficiados.

Assim sendo e aprovado esse Projeto de Lei estará apto a Municipalidade de Ipiguá a proceder a concessão dos benefícios já a partir de fevereiro de 2025.

Assim, encaminho a Vossa Excelência o presente Projeto de Lei, para apreciação e deliberação desta Egrégia Casa de Leis, na forma estabelecida na Lei Orgânica deste Município e Regimento da Câmara Municipal de Ipiguá, bem como, com documentos que são obrigatórios pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo desta oportunidade, para renovar protestos da mais alta estima e distinta consideração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIGUÁ - SP

IMPACTO ORÇAMENTARIO E FINANCEIRO
Lei de Responsabilidade Fiscal - Art. 16 e 17

Reajuste Salarial no valor de 5,00% (cinco), aos servidores municipais do município de Ipiguá. e da outras providencias.

Natureza da Despesa	
REAJUSTE SALARIAL	R$ 49.969,77
I-)Estimativa do custo mensal folha	R$ 999.395,37
TOTAL DO AUMENTO DE DESPESA MENSAL	R$ 1.049.365,14

+ Superavit Financeiro Previsto para 31/12/2024	1.445.221,35
+ Receita prevista para o exercício de 2025	42.600.000,00
= Disponibilidade Financeira Estimada para 2025	44.045.221,35
Acréscimo de despesas	1.049.365,14
- Impacto Financeiro	2,38%
- Impacto Orçamentário	2,38%

+ Superavit Financeiro Previsto para 31/12/2024	1.535.916,00
+ Receita esperada para o exercicio de 2025	39.909.000,00
= Disponibilidade Financeira Estimada para 2025	41.444.916,00
Acrescimo de despesas no ano	1.053.561,00
- Impacto Financeiro	2,38%
- Impacto Orçamentário	2,38%

Receita Corrente Liquida Realizada 2024	39.421.360,77
Despesas com Pessoal 2024	17.112.499,67
Percentual em 31/12/2024	43,41%

Receita Corrente Liquida Estimada 2025	41.786.642,42
Despesas com Pessoal Estimada 2025	18.139.249,65
Percentual estimado em 31/12/2025	*43,40 %*

Receita Corrente Liquida Estimada 2026	44.293,840,97
Despesas com Pessoal Estimada 2026	19.227.604,63
Percentual estimado em 31/12/2026	43,40%

Estimativas realizadas de acordo com relatório de gestão fiscal.

Declaro, nos ternos da lei que, as alterações de despesas aqui consideradas estão previstas no Plano Plurianual, na Lei das Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e não comprometem as metas fiscais estabelecidas.

IPIGUÁ, 16 de Janeiro de 2025

EFRAIM GARCIA LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

IPIGUÁ
GOVERNAR PARA TODOS
GOVERNO 2021 - 2028

Ofício Especial. Ipiguá, 03 de Feveiro de 2025.

SENHOR PRESIDENTE:

Pelo presente, estamos encaminhando a essa Egrégia Casa de Lei, afim de apreciar e votar o seguinte Projeto de Lei Complementar:

- PROJETO DE LEI – Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos, salários e subsídios dos servidores, funcionários e ocupantes de cargos ativos e inativos, eletivos e políticos do Poder Executivo do Município de Ipiguá, bem como, a regularização do piso salarial dos ocupantes do magistério público municipal e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo desta oportunidade, para renovar protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente

EFRAIM GARCIA LOPES
=PREFEITO MUNICIPAL

PROTOCOLO
Nº 006 04/02/2025
CÂMARA MUNICIPAL
IPIGUÁ
FUNCIONÁRIA

Ao
Excelentíssimo Senhor
José Augusto Fiore
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
IPIGUÁ - SP